



## **A ORDEM COMUNICACIONAL MANUSCRITA: UMA REDE DE TEXTOS**

### **GT17: História da Comunicação**

Marialva Carlos Barbosa

Professora Titular de Jornalismo

da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ.

Pesquisadora 1 do CNPq- Brasil

[marialva153@gmail.com](mailto:marialva153@gmail.com)

### **Objetivos e tema central a abordar**

Mostrar os jornais manuscritos que circularam no Brasil do século XIX como uma rede de textos, construindo o que estamos denominando ordem comunicacional manuscrita.

### **Caracterização do estudo e enfoque e metodologia de abordagem**

O texto apresenta premissas da pesquisa “Os manuscritos do Brasil”, realizada com apoio do CNPq. Propõe analisar alguns jornais manuscritos do século XIX, partindo da premissa que a sua permanência duradoura também faz parte de um desejo de jornalismo existente na sociedade. Utiliza como opção metodológica básica a análise dos jornais como suportes materiais nos quais estavam envolvidas práticas comunicacionais num circuito da comunicação que incluía o mundo oral, inscrito e impresso do século XIX.

## Resumo

A comunicação apresenta reflexões sobre os jornais manuscritos que circularam por diversas províncias brasileiras durante o século XIX, construindo o que denominamos a ordem comunicacional manuscrita, como uma espécie de interregno do mundo do jornalismo que se transformava e as práticas de um mundo oral que determinariam a característica mais marcante da história da comunicação no Brasil. O desejo de jornalismo fazia com que ao lado de inúmeros periódicos impressos que começaram a ser editados em todas as principais cidades, a partir de 1822, proliferassem jornais manuscritos de todas as ordens, formatos e intenções. Apresentamos alguns desses jornais efêmeros e duradouros (como uma rede de textos) e mostramos como, através de uma metodologia específica, pode-se reinterpretar uma história que parecia sedimentada, mas que jamais se referiu aos jornais manuscritos do Brasil. Fazemos também considerações gerais sobre esses periódicos, para ao final interpretar as razões da sua perenidade como forma de comunicação.

**Palavras Chaves:** Jornais Manuscritos – História da Comunicação – Brasil

## Considerações Iniciais

Nos últimos anos proliferaram no Brasil pesquisas que se dedicam a estudar inúmeros aspectos históricos da comunicação, numa perspectiva que percebe a comunicação como um processo complexo<sup>1</sup>. Mas apesar desses avanços ainda

---

<sup>1</sup> São inúmeras as teses e dissertações e livros que publicam resultados de pesquisas fazendo a interseção entre Comunicação e História. Podemos citar na perspectiva complexificação dos estudos históricos: para História da Televisão, as obras de RIBEIRO, SACRAMENTO e ROXO (2010 e outras); para a História do Telejornalismo (VISEU, PORCELLO e COUTINHO, 2010) para a História do Rádio (ZUCOLOTO, 2012; MOREIRA, 2011); para a Fotografia (MAUAD, 2008; LISOVISKY, 2013; LOUZADA, 2009). Para uma revisão bibliográfica da História da Comunicação,

há enraizadas percepções de uma linearidade absoluta da história, a proliferação de trabalhos de viés monográfico e particularistas e também poucas revisões em relação a algumas premissas canônicas da área <sup>2</sup>.

Por outro lado, há silêncios fundamentais em relação a aspectos da história da comunicação e carência de obras de síntese. O esquecimento se constitui em pedra de toque de muitos aspectos de uma história da comunicação no Brasil.

No que diz respeito à realização de um estudo sobre os jornais manuscritos do Brasil, ainda que seja uma fonte difícil de ser recuperada, há não apenas indícios e sinais da existência desses jornais, como alguns dos que foram produzidos no século XIX permaneceram guardados nos arquivos que se espalham por diversos estados do Brasil.

A Biblioteca Nacional, por exemplo, possui 20 exemplares em sua coleção. No Arquivo Nacional também há alguns documentos que podem revelar o processo de produção, circulação e leitura desses periódicos “insólitos” (CUNHA, 1994, p. 137) <sup>3</sup>. Mas mesmo em estados, como o Rio Grande do Sul, onde os arquivos parecem não ter guardado periódicos manuscritos, há referências esparsas a sua existência. Esse é o caso do jornal *O Pharol*, redigido pelo ferreiro Eleutério José Ferreira Mendes, e que circulou durante a Revolução Farroupilha, em Santo Antonio da Patrulha que viria a ser um dos primeiros municípios do Rio Grande do

---

cf. RIBEIRO e HERSCHMANN (2008). Para uma bibliografia completa sobre o tema cf. BARBOSA, 2013a.

<sup>2</sup> Entre essas premissas estão, por exemplo, a presunção de que a imprensa no Império dividia-se entre jornais oficiais e oficiosos; de que havia fatores determinantes para a chamada implantação tardia no território brasileiro; que os insultos políticos eram o cerne dos jornais, sobretudo, do Primeiro Império, que a não implantação de tipografias significou o não surgimento de jornais, mesmo em outros tipos de materialidades diversas que não os impressos; entre outras. Para a revisão de algumas dessas propostas cf. BARBOSA, 2013a, 2010 e 2007.

<sup>3</sup> Como, por exemplo, **Plano para o estabelecimento de uma tipografia em São Paulo**, 1823 (manuscrito). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Maço C363/61.

Sul<sup>4</sup>. O mesmo acontece no Maranhão, estado do outro extremo do Brasil, cujo primeiro jornal, *O Conciliador do Maranhão*, começou sob a forma manuscrita, passando a ser impresso depois do exemplar de número 35. A Biblioteca de São Luis não possui nenhum exemplar do *Conciliador* sob a forma manuscrita, mas há referências à existência de panfletos manuscritos naquela região durante a revolta de Beckman, ocorrida no século XVII<sup>5</sup>.

Para melhor delimitar o objeto de estudo – os jornais manuscritos do Brasil – nos ocuparemos nessa comunicação de alguns periódicos que surgiram ao longo do século XIX e que estão sob a guarda da Biblioteca Nacional <sup>6</sup>.

### **Premissas teóricas e conceituais**

Repetidas vezes já dissemos que há diversas formas de fazer história (BARBOSA, 2013a; 2013b; 2012a; 2012b; 2010a; 2010b; 2010c; 2009; 2007; 2005, entre outros). Pode-se considerar que fazer história é trazer o passado para o presente tal como ele se deu, ou pode-se, ao contrário, supor que ao lançar olhares sobre o passado estamos tão somente procedendo a uma interpretação. Uma interpretação dentro de determinados parâmetros teóricos e narrativos, mas tão somente uma interpretação.

Além disso, a perspectiva de uma história da comunicação não deve ser a mesma adotada por uma visão genérica de história. Há uma inversão das possibilidades analíticas: se para a história, estrito senso, o contexto é o que prevalece na

---

<sup>4</sup> Informação de Aline Strelow, que faz parte da rede de pesquisadores do projeto “Os manuscritos do Brasil”.

<sup>5</sup> Informação de Roseane Pereira, que faz parte da rede de pesquisadores do projeto “Os manuscritos do Brasil”.

<sup>6</sup> Fazem parte da rede de pesquisadores da pesquisa denominada “Os manuscritos do Brasil: uma rede de pesquisa”, que conta com o apoio do CNPq, Aline Strelow (UFRGS), responsável pela pesquisa no Rio Grande do Sul; Roseane Pereira (UFMA), Maranhão; Netília Seixas (UFPA), Pará; Gisele Hime (UniFIAM), São Paulo; Edna Mello (UFT), Rio de Janeiro.

análise, numa história da comunicação o foco centra-se nas complexas relações processuais dos sistemas de comunicação que analisamos.

Mas há algumas premissas de qualquer análise histórica que são também válidas para a construção de uma história da comunicação: uma das mais importantes é a relação rupturas e continuidades. Nesse sentido, a mudança deve ser vista como parte de um processo mais amplo, o que significa pressupor particulares e repetições na análise, para que seja possível perceber os restos que o passado legou ao presente.

A questão das generalizações também merece algumas considerações e ao lado dela a do anacronismo. Particularizar é um dos princípios orientadores da teoria da história<sup>7</sup>. Ao proceder a uma interpretação, não é possível generalizar conclusões para todos os contextos, já que cada espaço social possui uma conformidade histórica, uma trajetória particular. A produção da interpretação está, pois, intimamente relacionada à conformação desse espaço social. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois).

No que diz respeito ao anacronismo, talvez um dos enganos mais repetidos nas análises seja a imputação de nosso conhecimento e da nossa forma de pensar aos homens do passado. Não se considera, algumas vezes, a longa trajetória temporal, repleta de possibilidades de novos saberes, que foi construída do passado até o instante em que nos encontramos hoje e que, absolutamente, os homens do passado não poderiam saber.

---

<sup>7</sup> Sobre todas essas questões historiográficas (particularismos; generalizações; anacronismo; a relação entre passado, presente e futuro; dimensão narrativa da história; a escrita da história, etc.) cf. entre outros: RICOEUR (1994, 1995, 1997 e 2007); CHARTIER (2009); COLLINGWOOD (2001); HELLER (1993 e 1999); DE CERTEAU (1982); GADINER (1985); FONTANA (2004).

Outras premissas metodológicas fundamentais dizem respeito às significações da história. Em primeiro lugar, a história não é o passado, mas a forma como nos sentimos na duração, como nos visualizamos ao longo de uma trajetória que classificamos com existência num espaço. A história é nossa relação silenciosa ou ruidosa com o tempo. A história indica o aqui e agora, narra o passado como interpretação e induz a pensar a possibilidade de futuro.

Em segundo lugar, há que se referir à questão do conhecimento, a ser considerado como valor das épocas históricas. Mas há em todas as épocas conhecimentos malditos, coisas que o homem não precisava saber; coisas que deveriam ser ignoradas, não sabidas, não consideradas. Em outros tantos momentos, esse mesmo conhecimento maldito se torna alvo de múltiplos olhares (HELLER, 1993, p. 107). Descubrem-se homens, processos humanos, humanidades. A partir daí um novo conhecimento eclode.

Há que se acrescentar ainda questão da demarcação temporal. Seguindo as pegadas do tempo calendário, a preocupação numa história que se ocupa de processos comunicacionais deve ser a de correlacionar esses processos aos contextos históricos e aos contextos particulares de produção, numa narrativa que mistura materialidades, mediações e plataformas, produzindo um território, no qual os processos comunicacionais ocupam o centro da reflexão.

Uma das possibilidades metodológicas é eleger, no período recortado, momentos axiais desse processo (a circulação de jornais manuscritos, por exemplo), colocando em proeminência a questão das transformações tecnológicas em correlação com o mundo social (BARBOSA, 2013a). Ou seja, num mundo em que as recém-chegadas tecnologias da impressão produziam um desejo de jornalismo, os manuscritos reproduziam não só a materialidade jornal, como fazia parte desse

mundo que se transformava também pela adoção de novas possibilidades tecnológicas.

No caso da opção metodológica pensamos os objetos empíricos (no caso, os jornais manuscritos) em múltiplas dimensões: visualizando as épocas, os meios (e as materialidades), os processos e as relações humanas.

Assim, ao invés de nos determos exclusivamente nas materialidades (as páginas dos jornais), nas gramáticas (o discurso que proferem) e na organicidade (as estruturas administrativas e processos produtivos) há que visualizar os sujeitos envolvidos nessa história. Cabe perceber como se dá o processo de produção, os seus atores centrais, ou seja, a dimensão interna dessas publicações. Mas isso correlacionado a aspectos do mundo exterior. Há que se distinguir e articular diferentes tempos que se acham sempre sobrepostos. Em síntese: produzimos uma história a partir de um espaço social considerado e que interpreta os sinais que chegam até o presente a partir das perguntas subjetivas e do olhar, igualmente subjetivo, que se pode lançar ao passado.

### **Os manuscritos do século XIX: texto e contexto**

De 1822 a 1840 assiste-se a proliferação de periódicos em muitas províncias do Império, apesar das dificuldades iniciais de produção. Tipografias canhestras, com pouco e deficiente material tipográfico, obrigavam ao improvisado: mistura de tipos, impressão de palavras e frases inteiras faltando vogais e consoantes, substituição de uma letra por outra assemelhada (BARBOSA, 2013a).

Apesar dessas dificuldades, podemos dizer que havia um desejo de produzir jornais que fazia com que os que não dispunham da tecnologia necessária lamentar o fato de não estar incluído na esfera da produção impressa.

Considerando que a história da comunicação pode revelar como os homens e mulheres de um tempo e lugar compreendem sua própria experiência, a partir do entendimento de como davam sentido aos acontecimentos e transmitiam informações (DARNTON, 2005, p. 41), podemos dizer que durante vinte anos do século XIX (1820-1840) houve muita necessidade de transformar informações, maledicências, embates, divergências, ideias, opiniões, em letras impressas nos periódicos, apesar das dificuldades que representavam imprimir e editar jornais (BARBOSA, 2013a, p. 73).

Assim, o desejo de estar inserido num novo mundo tecnológico explica também a proliferação das folhas manuscritas. Ou seja, não são apenas as dificuldades técnicas para a produção dos impressos, mas o que estamos denominando desejo de jornalismo que existia na sociedade que foi determinante para a proliferação dos manuscritos no século XIX e sua permanência. E mesmo a proliferação de impressos não significou o término desses periódicos pertencentes a um mundo mais antigo: a ordem comunicacional manuscrita.

Morel (2005) identifica no século XIX a proliferação pelo espaço público de todo o tipo de expressões do mundo da comunicação, a partir da constituição de uma esfera pública atuante, na qual os jornais impressos tiveram papel fundamental. Neste mundo em que a vida política como vida pública se desenrolava para além das paredes das casas, palácios ou gabinetes, ganhando as ruas, também nas ruas se multiplicavam os modos (e meios) de comunicação. Dentro do contexto de transformações do espaço público, a rua se tornava lugar privilegiado de múltiplas expressões do mundo político e também do mundo da comunicação.

Havia permanências anteriores, ritos do Antigo Regime - com os espetáculos de visibilidade do poder monárquico, com missas, procissões, festas religiosas e

celebrações dos membros da dinastia de Bragança, ao lado dos desfiles dos condenados, das aclamações e manifestações de adesão à monarquia – que dividiam espaços com gritos, exclamações mais ou menos abafadas, vozes e gestos de violência e anarquias que circulavam pelas cidades e papéis de todas as ordens (MOREL, 2005). Manuscritos que tomavam conta dos muros, dos postes e das ruas. Ao lado deles, dezenas de periódicos falavam daqueles tempos efervescentes.

Se a fronteira entre os espaços privados e a rua foi cindida, observa-se que ali que se manifestavam múltiplas ordens comunicacionais, aonde modos antigos permaneciam como expressão privilegiada (os modos orais, por exemplo), ao lado de novas formas que ganhavam corpo (os periódicos impressos e os manuscritos). A oposição antigo/moderno que se deixa antever nas formas como é explicitada a lógica política da sociedade, numa época ainda marcada por práticas e valores de um mundo antigo, num momento em que muitos se pretendiam não mais pertencentes àquele mundo, também se manifesta nos modos de se comunicar (BARBOSA, 2013a, p. 103).

A ação de comunicação, portanto, se dava de distintas maneiras e em muitos ambientes, se constituindo num processo complexo de assimilação e reelaboração de informações em grupo, produzindo uma consciência coletiva ou opinião pública (DARNTON, 2005, p. 77). Entre as formas comunicacionais, uma ganha particular relevância: os manuscritos que se transformam em papéis fixados em lugares públicos e que ainda no século XIX se materializariam em dezenas de periódicos que também circularam pelo vasto território.

Os relatos de diplomatas europeus, citados por Morel (2005), deixaram vestígios de um mundo, no qual se fixavam nas portas das residências e pelos muros manuscritos, cartazes, papéis diversos, avisos, proclamações e outros “papéis

públicos” para serem do conhecimento de um público cuja existência vai sendo gradualmente reconhecida.

Li ontem um cartaz manuscrito afixado na porta de M. Francisco de Paula, que exigia a cabeça de pessoas as mais distintas e que se quer enviar para as galeras na África a maior parte dos indivíduos que atacaram a pessoa do soberano. Eu vi todo tipo de pessoas fazendo cópias com um descaramento inconcebível (Correspondence Publique du Brésil (CPB), vol. 1. AMAE Paris, despacho 5/3/1821. Citado por MOREL, 2005, p. 225).

A existência desses papéis manuscritos permite pensar numa ordem manuscrita pública pré-existente à circulação dos jornais. Ou seja, há a proliferação no espaço público primeiro de uma ordem manuscrita diversa, para só então ser possível produzir jornais que sintetizam dois mundos: o novo mundo da tecnologia impressa dos jornais e o mundo mais antigo da tecnologia das letras manuscritas. Tudo isso permeado pelo mundo da oralidade que continuará deixando sua marca mais contundente nos modos de comunicar.

As folhas manuscritas não foram apenas, na nossa hipótese, ponto intermediário até que se criasse a possibilidade de serem transformadas em impressos. Muitas resistiram sob essa materialidade. E durante todo o século XIX, e até, pelo menos, os primeiros anos do século XX, observamos o transbordamento dos modos de comunicação sob a forma de jornais manuscritos.

### **A ordem comunicacional manuscrita**

Alguns repetiam o formato *in quarto*, assemelhando-se aos livros, tal como os periódicos do início do século XIX. Possuíam em média quatro páginas, mas havia outros que ostentavam número maior. Uns possuíam desenhos e ilustrações cuidadosamente elaborados, enquanto outros se limitavam a reproduzir como texto, em colunas que repetiam a fórmula jornal, aquilo que desejavam ver divulgado. Poucos chegaram intactos até o século XXI. Mas vez por outra encontramos aqui e ali, perdidas em textos avulsos, pequenas referências aos jornais manuscritos que circularam no Brasil em diversos estados e com múltiplos propósitos.

A referência mais frequente é a que circulou em São Paulo, em setembro de 1823, sob a forma manuscrita, o que teria sido o primeiro jornal daquela província: *O Paulista*. Mas os próprios periódicos impressos podem trazer marcas desses antecessores.

Já fizemos referência ao *O Conciliador do Maranhão*, publicado em São Luis, no extremo norte do Brasil. Nas margens do periódico que está depositado na Biblioteca Nacional vemos escritas informações sobre o primeiro impresso a circular na Província do Maranhão. Por essa história pelas margens do próprio jornal (BARBOSA, 2010) ficamos sabendo que até o número 34 era manuscrito. Só a partir do número 35, publicado em de 10 de novembro de 1821, assumiria a forma impressa.

Além dessas duas referências aos manuscritos do século XIX indicando a primeira intenção das publicações - levar as “Luzes” e o esclarecimento através das letras – há também indícios do uso dos manuscritos como forma de comunicação nos momentos de acirramento dos conflitos, tal como o jornal que circulou na

longínqua vila de Santo Antonio da Patrulha, no hoje Rio Grande do Sul, durante a Revolução Farroupilha.

A ausência da tecnologia indispensável à impressão, mas a existência do modo jornal nas teias do cotidiano deixa evidente a necessidade da circulação desses veículos, que almejavam já no século XIX, um público em maior escala, ainda que a dependência do modo tecnológico impedisse a sua circulação. Assim, no Brasil a não existência de tipografias para a impressão dos periódicos, não representou necessariamente entraves à circulação de jornais.

Na Província de São Paulo, por exemplo, a não existência, até 1823, de tipografia causava desconforto. Ao contrário de outras províncias, São Paulo não possuía uma única tipografia. A publicação de dezenas de exemplares de *O Paulista*, laboriosamente copiados por amanuenses, mostra que a intenção primeira de Antonio Mariano de Azevedo Marques, o “Mestrinho” era protestar por não conseguir alcançar o seu intento de fazer circular folhas impressas em terras paulistanas (MIDORI, 2007, p. 33-36).

Mas havia outras intenções nesses periódicos. Podiam ser direcionados a um público específico; podiam ser treinamento para se produzir jornal “de verdade” ou para exercitar a verve literária (esse parece ser o caso de *O Archote*, jornal manuscrito criado e produzido pelo então estudante e futuro escritor Raul Pompeia); podiam ainda ser a expressão da liberdade momentaneamente perdida (como parece ser o caso de *A Justiça*, jornal dos presos políticos da Casa de Correção do Rio de Janeiro, editado em 1894). Mas podiam ser prática desejada num mundo em que proliferavam folhas impressas ao sabor do domínio da nova tecnologia de comunicação. A impressão transformava-se em desejo dos letrados em ampliar a palavra através de novos modos comunicacionais.

A explosão da palavra pública logo após a Independência assumiu várias materialidades – da voz amplificada nas ruas sob a forma de gritos e protestos até os impressos que saíam das tipografias – e entre elas a forma manuscrita. A verdadeira revolução impressa dos anos 1820/30 não foi apenas a revolução dos impressos: havia pasquins, folhas de uma só página, cartazes, folhetos, cartas e jornais manuscritos. As acusações, as intrigas, as injúrias e as calúnias, os improperios, os insultos verbais não eram divulgados apenas sob a forma impressa: os jornais manuscritos indicam a permanência de outra materialidade, convivendo com os modos impressos. Ao lado do poder da palavra impressa, havia o poder da palavra manuscrita.

Embora fosse o seu texto mais restrito do que os impressos, poderia haver na ordem comunicacional manuscrita uma expectativa de inclusão de público e o desejo de atingi-lo de maneira mais extensiva. A limitação em função da tecnologia, entretanto, induzia maneiras de apreensão de sentidos daqueles periódicos, diretamente relacionadas aos modos de comunicação.

Em primeiro lugar, naquele mundo em que a impressão se tornara visível havia bem pouco tempo as letras manuscritas eram mais familiares. Em segundo lugar, a ordem manuscrita era mais facilmente identificada com um texto particular, privado, mais próximo do ponto de vista afetivo do mundo do leitor. Em terceiro lugar, a limitação na circulação, também imposta pelos processos de produção, pressupõe uma partilha mais intensa desses periódicos, não só porque várias pessoas deviam ler um mesmo exemplar, mas também porque eram feitos visando à leitura coletiva. A guerra de opiniões pelos manuscritos produziria por fim uma mistura do mundo oral com o mundo dos escritos: o que era decifrado era partilhado em brados e sonoridades se tornavam integrantes aos modos de leitura. Acrescente-se uma quarta característica: a identificação da materialidade jornal manuscrito com a interdição, com a ação de burlar regras, criando uma

possibilidade de comunicação a partir da lógica da privação, já que, a partir de 1821, quando uma “nova cultura política germina com base nas pasquinadas escritas à mão” (BOUZA, 2001, p. 22), essas folhas circulavam e eram lidas clandestinamente.

Há que acrescentar outras peculiaridades em função das materialidades desses jornais: copiados cuidadosamente, permitia a quem fazia esse gesto se deter nas informações que transcrevia letra por letra, até compor a frase, o parágrafo, o texto inteiro. Ao transcrever o texto de um autor, com a mesma tecnologia que o outro dispunha, figurava como um segundo autor. Ao lado do autor primordial, todos os outros de meros copistas transmutavam-se em autores já que também eram capazes de dominar (e conhecer) o texto de forma absoluta.

Claro que o autor podia ser um dos que também transcrevia os jornais ou podia haver outras mãos que também compunham aqueles textos. A participação coletiva nas obras - a cópia manuscrita revela e torna possível reconhecer várias mãos na sua produção – transfigura gradualmente a ideia de autor: ao invés de criador todo poderoso, a ordem manuscrita transmitida como comunicação pública insere nos processos produtivos a produção autoral coletiva, da qual o leitor também fazia parte. As redes de autoria pressupunham redes de leitura.

As permanências em relação a esse tipo de modo comunicacional indicam que não foram apenas as muitas limitações (dificuldades de impressão; custo da montagem das casas tipográficas; censura prévia aos impressos; etc.) que fizeram com que os manuscritos se fizessem duradouros.

Um tipo de comunicação – mais pessoal, mais próxima, amadora, quase caseira e que se misturava mais densamente com práticas orais – era próprio da ordem manuscrita. E será assim ao longo de todo o século XIX que esses jornais com

colunas marcadas por fios traçados a lápis ou a bico de pena; com letras trabalhadas ou quase indecifráveis; com desenhos e ilustrações detalhadas e cuidadosamente compostas ou como garatujas quase infantis, permaneceram circulando na cena pública, indicando a mistura do antigo com o novo. E mais: mostrando que uma ordem comunicacional permanece por muitos séculos perdurando enquanto outra gradativamente vai impondo sua dominação.

Para essas primeiras reflexões em torno do que estamos denominando ordem comunicacional manuscrita 20 jornais manuscritos, que fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, foram utilizados como material empírico privilegiado.

#### Jornais manuscritos da Biblioteca Nacional – 1863-1903

Jornal	Ano Publicação	Outras Informações
A Careta. Jornal Crítico Poético e Literário	1863	Semanal (domingo), custava 160 réis, por mês “pagos adiantados”. Podia ser subscrito na Rua Direita nº 82 e também na Rua São Gonçalo, nº 4. 4 p.
O Liberal. Jornal crítico, poético e político.	1864	Não tinha dia certo para publicação; custava 40 réis, a folha avulsa. Podia ser subscrito a Rua Direita n 82. 4 p.
A Braza. Crítico e Poético	1867	Não tinha dia certo para publicação. Distribuído gratuitamente. 4 p.
O Archote	1874	Jornal manuscrito por Raul Pompéia, quando aluno do Colégio Abílio. Faz críticas aos professores, inspetores e alunos. Ilustrado. 4 p.
O Verme	1874	Saia uma vez por semana, em dia incerto. Seu formato é em papel almaço, folha

		grande. 4 p.
O Clarim	1874	Saia duas vezes por semana. Continuação de O Verme. 4 p.
O Tico-Tico	1880	Jornal manuscrito a tinta e lápis, com ilustrações. 1 p.
O Chefe	1885	Lê-se abaixo do título: “Este pequeno órgão é filiado aos liberais e abolicionistas”. Editado em Itaboraí, de propriedade de Felix Pereira da Silva (vulgo, Felix-sem queixo. Testa de ferro). 2 p.
O Mosquito. Órgão do Povo	1892	Editado em São João Marcos (RJ). Publicado aos domingos e distribuído gratuitamente. Número de páginas variava, sendo mais frequente 4 p.
A Justiça	1894	Jornal publicado pelos presos políticos da Casa de Correção. Ilustrado. Tinha como subtítulo “Journal de três mauvais augure” e indicava Tipografia, redação e administração na Rua da 5ª Galeria 103 e 106. 4 p.
O Município	1894	Outra folha editada no município de São João Marcos (RJ). Semanal, tinha como redator-chefe responsável o mesmo J. de Paula Assumpção, que fora redator chefe de <i>O Mosquito</i> . 4 p.
A Setta	1895	Dedicado ao Salvador da República brasileira. Quinzenal. Editado em São Paulo. 4 p.

O Vigilante	1896	Editado na cidade do Rio de Janeiro. O exemplar da BN foi dedicado “À ilustre redação do Paiz”. 2 p.
O Tiro	1896	Editado em Santo Antonio dos Tiros (MG) e de periodicidade quinzenal. 4 p.
O Prego	1896	Editado no Rio de Janeiro. 2 p.
A Setta. Órgão infantil republicano	1897/1898	Editado em São Paulo. 4 p.
O Bolina. Órgão dos Ditos	1900	Jornal de cartuns. 4 p.
O Sexo.	1900	Direção de Silvino Rolim. 4 p.
A Revista do Rio.	1902	Ilustrada a lápis. 4 p.
O Sol.	1903	Editado em Curitiba pela “União Libertária Universal”.4 p.

**Fonte:** Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 114, 1994, p. 135-147.

### **Considerações Finais**

Olhando esses exemplares chama atenção características que remetem primeiramente às suas materialidades. Alguns eram cuidadosamente copiados em papel branco, indicando cuidado com a caligrafia. Outros, apesar da atenção gráfica sempre dispensada ao título, apresentavam letra quase incompreensível, denotando a pressa com que foram escritos. Havia aqueles que eram claramente manuscritos por mais de uma pessoa, enquanto a maioria saía do lápis ou da pena de apenas um copista.

Quando isso acontecia, o cansaço decorrente de escrever em quatro páginas de papel, em uma letra que se propunha ser compreensível aliado ao fato de terem

que aperfeiçoar os espaços disponíveis para tantas informações levava a adoção de fórmulas abreviadas, produzindo uma nova economia cultural da escrita.

Possuindo expectativas de públicos diversos, havia aqueles que almejavam o leitor anônimo que viesse a se interessar pela publicação. Mas havia os que eram destinados a alguém cuja face era perfeitamente identificável. Esse é o caso do jornal *O Archote*, dirigido aos alunos do Colégio Abílio, se construindo em portavoiz autorizado das queixas de outros alunos e amplificando o que ali ocorria. Havia outros, como *A Justiça* que servia com propósito crítico, mas também de aglutinação dos presos políticos que se encontravam, em 1894, na Casa de Correção no Rio de Janeiro.

Chama a atenção também a intenção de reproduzirem o modo impresso dos jornais mais tradicionais. Assim, à medida que as décadas se sucedem, mudam os formatos, as formas editoriais, as colunas fixas. Passam a ser comum a escritura em letra de forma, tentando reproduzir os tipos impressos pelo desenho feito por aqueles que laboriosamente copiaram aquelas palavras. Ou seja, muitas são as possibilidades interpretativas diante do mundo dos manuscritos ou da ordem comunicacional manuscrita.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, M., & Morel, M. (2001). Metodologia para construção de uma história da imprensa. In: *Site da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia*.
- Barbosa, M. (2007). *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: MauadX.
- Barbosa, M. (2005). O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. *Contracampo* (12), 51-62 (UFF).
- Barbosa, M. (2009). Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. *Comunicação, Mídia e Consumo* 6, 11-27. (São Paulo. Impresso).
- Barbosa, M. (2008). Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: Ribeiro, A. P. G., & Herschmann, M. (orgs.). *Comunicação e história. Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro, MauadX.
- Barbosa, M. (2010a ). *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*. Rio de Janeiro: MauadX.
- Barbosa, M. (2010b). Formas de fazer jornal: história das práticas e processos jornalísticos. *Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional* (Cessou em 2005.) vol. 13, (pp. 55 – 70). Cont. ISSN 1809-435X Anuário Unesco/Methodista de Comunicação Regional).

- Barbosa, M. (2010c). Múltiplas formas de contar uma história. *Alceu* (PUCRJ). 20, 25-39.
- Barbosa, M. (2012a). Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX. *Revista FAMECOS* (Online). 19, 458 – 480.
- Barbosa, M. (2012b). O presente e o passado como processo comunicacional. *Matrizes* (USP. Impresso). 5, 145 – 155.
- Barbosa, M. (2013a). *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Barbosa, M. (2013b). Por uma história cultural latino-americana dos meios de comunicação: um olhar sobre as práticas, processos e sistemas de comunicação nas últimas décadas do século XIX”. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), 19, 19-33.
- Bouza, F. A. (2001). *Corre manuscrito: uma historia cultural del Siglo do Oro*. Madrid Marcial Pons.
- Chartier, R. (2009). *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Collingwood, R. G. (2001). *A ideia de história*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cunha, W. da. (1994). Coleção de jornais manuscritos. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, 114, 135-147.
- Darnton, R. (1990). *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Darnton, R. (2005). *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.

- De Certeau, M. (1982). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Fontana, J. (2004). *A história dos homens*. Bauru: EDUSC.
- Gadiner, P. (1995). *Teorias da História*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Heller, A. (1999). *Uma filosofia de la historia em fragmentos*. Barcelona: Gedisa,
- Heller, A. (1993). *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.
- Lisovsky, M. (2013, 2º. Semestre). Brasil, Refúgio do Olhar. Trajetória de um fotógrafo exilado no Rio de Janeiro dos anos 1940. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*, (4).
- Louzada, S. (2009). *Prata da casa – fotógrafos e fotografia (1950-1960)*. Niterói: UFF, 2009. Tese de Doutorado em Comunicação.
- Lowenthal, D. (2010). *El pasado es un país extraño*. Madrid: Acai.
- Mauad, A. M. (2008). *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: EdUFF.
- Midori, M. (2007, inv.). Os primórdios da imprensa paulista – José da Costa Carvalho, fundador de O Farol Paulistano (1827-1831). *Revista de História Regional*, 12 (2), 29-50.
- Moreira, S. V. (org.). (2001). *70 anos de radiojornalismo no Brasil, 1941-2011*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Morel, M. (2005). *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec.

Ribeiro, A. P. G., & Herschmann, M. (2008). História da comunicação no Brasil: um campo em construção. In: Ribeiro, A. P. G., & Herschmann, M. (org.). *Comunicação e história. Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro, MauadX.

Ribeiro, A. P. G., Sacramento, I., & Roxo, M. (org.). (2010). *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Ricoeur, P. (2001). O passado tinha um futuro. In: Morin, E. *A religação dos saberes. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Ricoeur, P. (1994, 1995 e 1997). *Tempo e narrativa*. Vol. 1, 2 e 3. Campinas: Papyrus.

Vlseu, A., Procello, F., & Coutinho, I. (org.). (2010). *60 anos de telejornalismo no Brasil. História, análise e crítica*. Florianópolis: Insular.

Zucoloto, V. (2012). *No ar: a história da notícia de rádio no Brasil*. Florianópolis: Insular.